



PROJETO

# JUVENTUDE

EPREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

## Plano de formação

Para educadores sociais  
que atuam em contextos  
de violência

Realização:

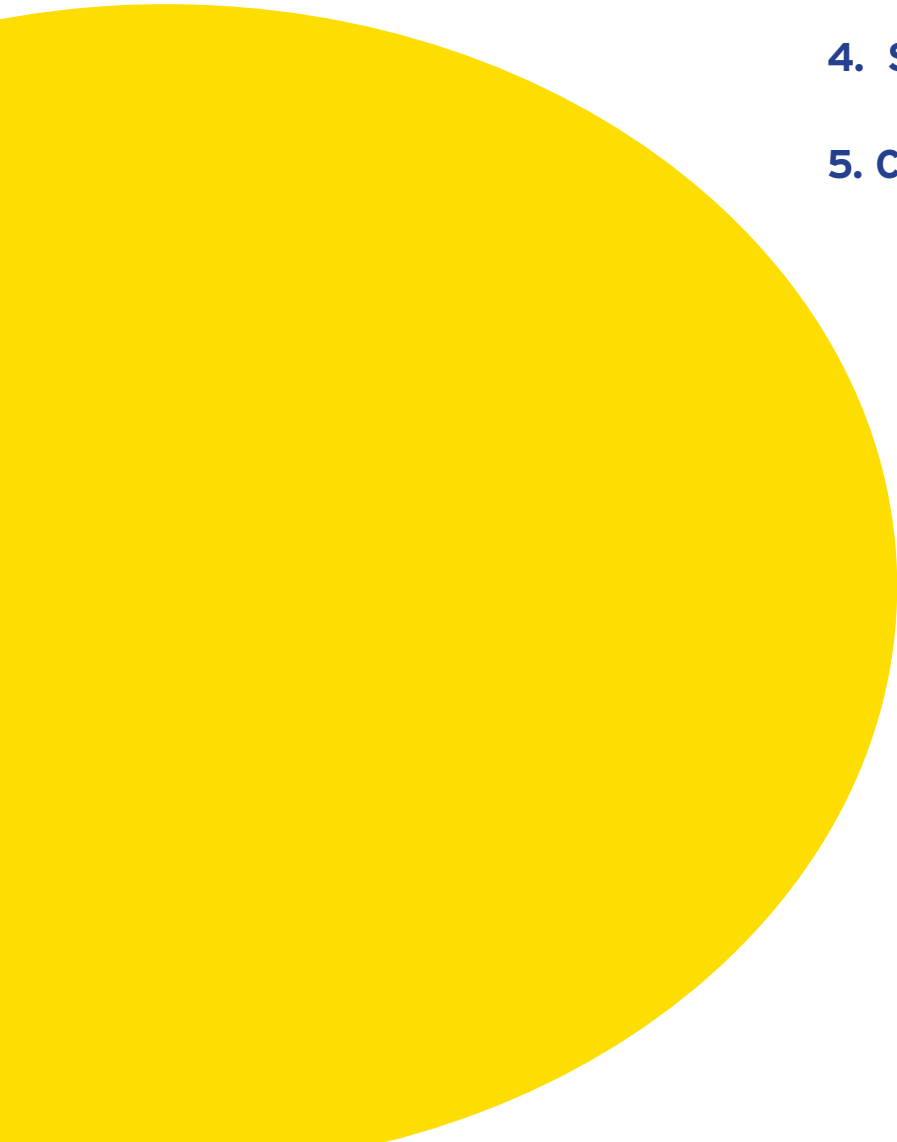


Parceria estratégica:





## Sumário

- 
- 1. Apresentação .....3**
  - 2. Estratégias .....15**
  - 3. Avaliação do processo  
formativo .....16**
  - 4. Sugestões de leitura.....17**
  - 5. Considerações finais .....24**

# 1. Apresentação

## 1.1 O projeto

O presente projeto surgiu da necessidade de elaborar uma proposta de formação específica para educadores que atuam com jovens em contexto de extrema violência. Nasceu, particularmente, a partir de uma demanda do Protejo – Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável, desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pro-nasci), que identificou que seus educadores necessitavam de uma formação específica, que trabalhasse as particularidades dos contextos de extrema violência e das relações que ali se desenvolviam, de forma a realizar suas atividades com mais qualidade e, assim, atingir os objetivos definidos.

O Protejo tem como finalidade intervir na realidade social “de modo a contribuir com a transformação do quadro de vulnerabilidade pessoal e social a partir de ações integradas que favoreçam a construção da participação efetiva e inovadora de jovens, tendo como perspectiva a universalização das políticas públicas e a emancipação humana da juventude brasileira” que tem como “princípios norteadores (...) o fortalecimento da cidadania, a proteção ao jovem, a pacificação social, a emancipação juvenil e a formação de redes”.<sup>1</sup> O Protejo prioriza a formação sociocultural e cidadã do jovem, bem como a qualificação para o trabalho, visando a pacificação social e o fortalecimento da cidadania. Partindo desses princípios e investindo na formação de jovens de 15 anos a 24 anos em situação de vulnerabilidade, notadamente os “egressos do sistema prisional, em cumprimento de medidas sócio-educativas ou de penas alternativas, em situação de rua ou vítimas da criminalidade”;<sup>2</sup> o Projeto pretende provocar mudanças na condição social da juventude, afastando-a de contextos de criminalidade.

Lidar com jovens em situações de violência é muito difícil, sejam eles vítimas ou autores. Nesses casos, somos facilmente impelidos a reproduzir a lógica punitiva que não auxilia no processo de reinserção desse jovem ou o revitimiza, reforçando seu lugar de “coitadinho”. Também é complexo definir quando encaminhar o jovem à rede de proteção e quando o educador pode resolver a situação no âmbito do projeto.

---

1. Ministério da Justiça/Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania/Secretaria Nacional de Segurança Pública. Projeto Protejo. Brasília, 2010, p. 4.

2. Idem, ibidem.

Outras tantas vezes, o educador acaba tendo que decidir sozinho o encaminhamento daquelas situações-limite de conflitos e violências, quando a responsabilidade pode e deve ser compartilhada com a instituição para a qual trabalha. Há momentos também em que o educador se depara com temas complexos, como tráfico de drogas, legalidade e ilegalidade, violência doméstica, entre outros, necessitando, nesses casos, de mais repertório para tomar decisões e conduzir a discussão com o grupo de maneira pedagógica.

Diante desse quadro, ganha força a necessidade de uma proposta de formação de educadores sociais que possa ser adaptada pelas diferentes instituições que trabalham com projetos de prevenção da violência juvenil.

Além da proposta de formação, foi elaborado um guia para o educador que atuam em contextos de violência, em que são apresentados conteúdos conceituais e práticos para auxiliar suas atividades cotidianas e apontar caminhos quando as crises acontecem. Recomendamos que estes dois materiais sejam utilizados em conjunto, para orientar a concepção e a realização do processo formativo dos educadores e demais profissionais que atuam na instituição/projeto.

## 1.2 A proposta de formação

A proposta de formação ora apresentada é fruto de um processo reflexivo, que contou com a participação de educadores sociais e gestores de projetos e organizações que atuam com jovens em contextos de violência. A partir de suas experiências, análises e revisões da prática, os pontos essenciais que sustentam a ação qualificada desses profissionais foram levantados e discutidos.

Para elaboração desta proposta, foram realizadas três oficinas-debate, com educadores de diferentes instituições, tais como Instituto Sou da Paz, Fundação Gol de Letra, Projeto Travessia, Ação Educativa, Kolping, Unibes, escolas, entre outras, além de um conjunto de visitas, entrevistas e aplicação de questionários com gestores e educadores de instituições que desenvolvem projetos com adolescentes e jovens em contextos de vulnerabilidade e violência no Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Campinas e Brasília.

Estão elencados, aqui, princípios, conteúdos, estratégias, carga horária e algumas sugestões de leitura. Mas, sobretudo, enfatizou-se a importância de articular teoria e prática no processo formativo. Hoje, temos muito material produzido a partir de pesquisas e, até mesmo, da experiência de educadores; prova da valorização e reconhecimento da educação social. O que temos escrito oferece, sem dúvida, referências e parâmetros para a intervenção, mas a experiência de quem está na ponta, em contato com

o jovem, é uma preciosidade, um caminho tanto para compreender melhor o contexto em questão, quanto para, a partir de um aprofundamento reflexivo, ressignificar práticas e compreensões do trabalho do educador social em contexto de violência.

A atuação desse profissional em contextos violentos é caracterizada, em especial, pela exigência de lidar cotidianamente com situações de crise. O que fazer nesses casos? Após a realização das oficinas com educadores sociais, chegamos a uma conclusão importante: não há receitas prontas, cada solução deve ser construída levando em conta a crise, os envolvidos, os recursos disponíveis e a segurança de todos. Isso, no entanto, não quer dizer que as ações devem ser isoladas, individualizadas e descoladas do contexto institucional – pelo contrário, elas precisam estar orientadas pelos princípios, valores e objetivos institucionais. Para evitar esse erro inadmissível, a formação do educador deve ocupar lugar de destaque na instituição.

O processo formativo está registrado na experiência do profissional e da instituição e ocorre no tempo e nos espaços de atuação. Temos um registro subjetivo de tudo o que vivemos, o que interfere em cada nova ação/decisão que tomamos. Num ambiente de trabalho, no entanto, e mais ainda em realidades complexas marcadas pela vulnerabilidade e pela extrema violência, não podemos depender exclusivamente de experiências profissionais individuais, não compartilhadas. O saber de cada um dos educadores, gestores e funcionários administrativos, quando articulado, produz um arcabouço institucional com o poder de referenciar ações pontuais, cotidianas, de caráter institucional ou no campo.

Assim, ações, reflexões, planejamentos, monitoramentos e avaliações devem ir constituindo o recheio e dando forma à instituição, de maneira que as escolhas, caminhos e ações não estejam vinculados exclusivamente a determinadas pessoas, mas sim ao conjunto de profissionais que a compõem.

Partindo dessa compreensão, levantamos dois pontos norteadores que devem subsidiar a proposta de formação e que, sobretudo, irão auxiliar o educador que trabalha com jovens em contextos de extrema violência, na capacidade de tomada de decisão e de resolução de conflitos. Estes dois pontos, apresentados a seguir, estão absolutamente articulados e acontecem simultaneamente, não havendo ordem de importância ou de execução entre eles.

### **1.2.1 Princípios do trabalho**

Considerando-se os princípios gerais que devem orientar os projetos vinculados ao Protejo e outros voltados para jovens que vivem em contextos de vulnerabilidade e violência e analisando detalhadamente

a experiência relatada pelos educadores sociais, propomos alguns preceitos norteadores de sua prática cotidiana, que são orientadores de todo o trabalho e, principalmente, dos momentos de crise em que se faz necessário tomar decisões imediatas e complexas, sendo impossível, na maioria das vezes, refletir com sua equipe antes de dar encaminhamentos à situação conflituosa. Em contextos de violência, esses momentos são frequentes e exigem resoluções urgentes, qualificadas e alinhadas com a equipe do projeto. Vale ressaltar que se trata de sugestões de princípios, que não se esgotam aqui. Cada instituição deve procurar estabelecer seus princípios e alinhá-los aos projetos que for desenvolver.

- **Apostar no potencial transformador da educação social:** em contextos de extrema violência, com adolescentes e jovens muitas vezes envolvidos em situações violentas ou até mesmo criminosas, torna-se imprescindível que a instituição e os educadores realmente acreditem que é possível promover transformações individuais e na forma como as relações coletivas se estabelecem. Qualquer situação, mesmo os momentos de crise, deve ser trabalhada de forma pedagógica, promovendo a responsabilização dos envolvidos, a reflexão e a busca por outras formas de solucionar os conflitos, evitando reproduzir valores que só fortalecem a cultura da violência e, acima de tudo, jamais excluindo os jovens do projeto.
- **Tratar os adolescentes e jovens como sujeitos de direitos** – superar a concepção tradicional que via os jovens como um problema social, ou como um grupo que deveria ser tutelado, protegido e assistido é essencial para garantir que a instituição e seus educadores se relacionem com os jovens na perspectiva de sujeitos de direitos. Tratar os adolescentes e jovens como sujeitos de direitos significa valorizar as potencialidades apresentadas por eles e reconhecê-los com sujeitos ativos que devem ser ouvidos e respeitados no processo de desenvolvimento e consolidação da sua identidade. É importante reconhecer também que esse grupo é titular de um conjunto de direitos, o que pressupõe também deveres e responsabilidades.
- **Conhecer a comunidade onde se atua** – para trabalhar com jovens em contexto de extrema violência, é importante que haja uma preparação prévia por parte do projeto, com levantamento de informações importantes sobre o território e o mapeamento da rede local. Isso facilita a adesão ao projeto, confere mais legitimidade ao trabalho e possibilita o encaminhamento de casos e situações e a mobilização da rede local, além de situar a instituição e seus educadores em uma realidade que muitas vezes é diferente da sua, o que pode evitar atitudes preconceituosas em relação ao estilo de vida, costumes e linguajar dos que vivem ali. O primeiro passo para conhecer a comunidade é fazer o mapeamento da região. Inicialmente, um levantamento estatístico, de

dados: população, serviços públicos presentes na área, situação de saúde, moradia, educação dos moradores, topografia, clima, grupos organizados, desafios/dificuldades e potencialidades locais; enfim, a seleção de dados depende da vocação do projeto a ser proposto. A entrada na comunidade deve ser cuidadosa, respeitando seus valores e códigos de conduta e comunicação, no entanto, sem estabelecer acordos de favores entre educadores e grupos vinculados à criminalidade. Pode-se começar por equipamentos públicos, como Unidades Básicas de Saúde e escolas, tomando um refrigerante na lanchonete mais frequentada pela população ou aceitando convite de um morador do bairro para percorrer o território, por exemplo. O fundamental é avaliar o momento e o modo de adentrar esse espaço de maneira não invasiva para seus habitantes e segura para todos. O mapeamento deve ser constante, cotidiano, uma vez que registra a mobilidade, o movimento da região. Periodicamente, deve ser sistematizado, transformando-se em material de avaliação e replanejamento das ações do projeto. Tal intensidade neste trabalho é própria da educação em meio aberto. Quando a atuação se dá dentro de uma instituição, o mapeamento continua sendo muito importante para que o educador se localize em relação aos recursos da região e modo de vida dos jovens com quem vai trabalhar, no entanto, a circulação não acontece com tanta frequência.

- **Rejeitar relações de favor com grupos e ações ilícitas e organizações político-partidárias** – considerando a precária presença do Estado em bairros periféricos e/ou pobres das cidades brasileiras, é comum grupos criminosos organizados e políticos clientelistas ocuparem o papel de provedores e trocarem suas ofertas em dinheiro ou espécie por favores que fortalecem suas ações ilícitas ou eticamente questionáveis. Muitas vezes, a população desassistida vê nessas doações a única maneira de ter seus desejos e necessidades satisfeitos. É fundamental deixar claro que o projeto não compactua com essas práticas.
- **Reconhecer a incompletude das instituições e fortalecer a rede de proteção** – uma vez que nenhuma instituição é capaz de, sozinha, dar conta de problemas complexos na comunidade e que o trabalho demanda a articulação entre os diferentes serviços e equipamentos locais, é fundamental ter claro que a integração entre instituições e o encaminhamento de problemas entre elas é um princípio básico de trabalho.
- **Fortalecer as ações cidadãs e a autonomia da comunidade** – o fortalecimento da comunidade é o caminho para o rompimento de relações de exploração e conivência com ações destrutivas. Quanto mais sentirem-se impotentes e frágeis, mais as comunidades estarão vulneráveis. Desenvolver o trabalho buscando esse fortalecimento é fundamental. No caso das instituições que de-

envolvem projetos com adolescentes e jovens, isso pode significar, por exemplo, que a instituição participe de redes, promova espaços de discussão e troca de conhecimentos, estimule os jovens a desenvolver projetos em benefício da comunidade, etc.

- **Reconhecer as obrigações do poder público** – reconhecer as obrigações do Estado como direito da população é o primeiro passo para um processo de aproximação com o poder público, reivindicação de seus direitos e participação nos governos. Buscar formar jovens e comunidade em relação aos seus direitos e às obrigações do poder público é uma maneira de contribuir para o fortalecimento comunitário.
- **Defender e implementar a cultura de paz ou resolução não violenta de conflitos** – os conflitos existem e são inerentes à humanidade, o que pode e deve ser trabalhado é a forma de resolvê-los. Rejeitar a violência e buscar construir uma cultura de paz por meio do diálogo e do respeito à diversidade deve ser um pressuposto básico do trabalho.
- **Explicitar os princípios e valores da equipe, do projeto e da organização para a comunidade** – considerando a importância da transparência na conquista da confiança e legitimidade na comunidade, é fundamental que a organização comece dizendo quem é, o que pretende e como gostaria de caminhar. Só assim as pessoas poderão avaliar se querem ou não andar junto. A transparência não significa apenas falar sobre, mas também agir de acordo com seus princípios.
- **Promover a aproximação da comunidade com a polícia como órgão legítimo de controle do crime e proteção qualificada da população** – tendo em vista que as polícias são atores relevantes para a promoção da segurança e que, ao mesmo tempo, acabam reproduzindo práticas violentas, particularmente na relação com jovens, é fundamental que projetos voltados para jovens em contextos de violência promovam a aproximação com a polícia, contribuindo para a melhoria dessa relação.

### 1.2.2. Respaldo institucional

Além dos princípios elencados, que devem estar claros para a instituição e o educador, outro ponto fundamental para possibilitar um bom trabalho do educador e da própria instituição em projetos com jovens em contexto de extrema violência refere-se ao respaldo institucional. Esse apoio deve se voltar para a formação do educador, perpassando todo o projeto, em todos os momentos e decisões, desde a

gestão até a ponta, o contato direto com os jovens, o planejamento das atividades, o registro das ações, os contatos com outras instituições, os momentos de crise. Essa presença legítima e fortalece o trabalho, devendo, por isso, ser reforçada e qualificada permanentemente. Entretanto, ela não tolhe a autonomia do educador; pelo contrário, tem que fortalecer sua responsabilidade e liberdade para tomar decisões, assim como estimular sua criatividade. Vejamos os caminhos e espaços onde esse processo se concretiza.

### **Reuniões de equipe**

Devem ser sistemáticas e periódicas, preferencialmente semanais. A equipe de educadores e o coordenador se reúnem para discutir as ações cotidianas, planejar ações que terão curso em curto prazo, verificar se os objetivos do trabalho estão sendo alcançados e avaliar as atividades realizadas. Tais reuniões constituem o lugar privilegiado para o acompanhamento do trabalho e disseminação das informações e experiências entre os profissionais da equipe. Aqui, é importante destacar a riqueza de realizar estudos de caso com toda a equipe, promovendo reflexão conjunta, compartilhamento de pontos de vista, expressão de diferentes compreensões sobre os mesmos fatos e criação conjunta de estratégias de encaminhamento das ações.

A coordenação do projeto tem papel fundamental nas reuniões de equipe, garantindo um clima de responsabilidade e confiança, em que cada um se implique cada vez mais no trabalho, ao mesmo tempo em que conte com um espaço de acolhimento para suas dúvidas, deslizes, ousadias e criatividade. O respaldo profissional e afetivo estimula a transparência no trabalho e nas relações por ele permeadas, gerando possibilidades criativas de lidar com questões conflituosas entre colegas ou com os jovens.

Não se pode esquecer, ainda, que as reuniões de equipe são espaço privilegiado para realizar o planejamento das atividades e a avaliação das mesmas, além da construção e discussão sobre instrumentos de registro do trabalho. Essas são atividades fundamentais para ajudar na organização e na construção do conhecimento sistematizado sobre o trabalho que se realiza. Muitas vezes planejar, registrar e avaliar constituem atividades que nem sempre estimulam o educador ou a própria instituição. Porém, inseri-las nos espaços coletivos e cotidianos de trabalho é fundamental para que seja possível organizar e refletir sobre o trabalho realizado e construir uma memória institucional, permitindo corrigir os rumos do projeto e das atividades, quando necessário, e sistematizar seu método de trabalho, o que possibilita sua multiplicação, além de contribuir para a construção do conhecimento sobre a prática cotidiana, que muitas vezes fica restrito à experiência individual de quem viveu.

## **Supervisão da equipe e institucional**

A supervisão, geralmente, é oferecida por um profissional que não faz parte do corpo fixo de profissionais da instituição. Esse cuidado facilita a exposição de atitudes consideradas errôneas, inseguranças ou bloqueios em relação a situações vividas no trabalho, sem o receio de ser avaliado negativamente.

Essa atividade pode ser realizada em vários âmbitos – por equipes ou com toda a instituição – e sua periodicidade varia de acordo com a proposta de trabalho do supervisor escolhido e as concepções da instituição. Existem modelos em que se requisita a supervisão em momentos específicos de crise e, em outros, esse espaço é mantido de forma permanente na organização. Nossa sugestão é que a supervisão aconteça permanentemente, em intervalos quinzenais, como espaço de compreensão das ações cotidianas e das relações profissionais entre educadores e deles com a instituição e com o público atendido.

Seus objetivos incluem facilitar a vivência e expressão de ideias e emoções provocadas pelo/no trabalho, relativas às relações entre educadores, com os jovens e com a instituição, restringindo-se ao âmbito profissional de maneira a deixar mais livres as potências para a realização do trabalho. A supervisão auxilia, ainda, no reconhecimento de características próprias de cada educador e da educação social, bem como na percepção de como interferem na proposta da instituição. Oferece um espaço de acolhida das dúvidas, angústias e saberes dos profissionais, reconhecendo seu valor e estimulando-os a superar suas dificuldades, tal qual o educador age em relação aos jovens. Não há como promover a cidadania, a resiliência e diminuir os fatores de vulnerabilidade nas ações socioeducativas sem que essa mesma postura esteja presente na relação da instituição com o educador. Cabem, ainda, na supervisão, discussões de caso ou teorias, sempre originadas nas experiências práticas e afetivas do educador em seu trabalho.

Além de ser espaço de acolhimento das angústias dos profissionais, a supervisão facilita o processo de compreensão e busca de sentidos dos vínculos e contextos, ajudando a relativizar olhares, ver sob outros prismas, amadurecer a relação entre a prática e o discurso institucional e compreender a lógica da instituição. Trata-se de um lugar, eminentemente, de cuidado das experiências que comporta a discussão técnica.

## **Escuta individual**

São muitos os impactos vividos pelo educador social em seu cotidiano profissional. Situações-limite de vida e morte, de miséria, de impotência e de violência provocam sensações profundas que, muitas vezes, não podem ser compartilhadas com toda a equipe. É imprescindível que o coordenador seja

sensível para perceber esses momentos e oferecer espaço de escuta individual para os educadores. Essa postura ajuda o educador a se sentir apoiado e reconhecido como profissional competente e pessoa sensível que, muitas vezes, até pela força de seu compromisso com o trabalho, se vê atingido dolorosamente por histórias de vida dos jovens, falta de alternativas de ação, perdas contundentes e, até mesmo, desentendimentos com outros parceiros de trabalho.

### **Trocas/conversas entre educadores**

O dia-a-dia no trabalho com educação social é imprevisível, por mais que as atividades e caminhos tenham sido planejados. É comum precisarmos tomar uma decisão ou compartilhar dúvidas e ideias antes do momento da reunião ou da supervisão. Conversas entre educadores que atuam juntos é um dispositivo quase que natural que deve ser valorizado no processo de formação enquanto possibilidade de avaliar, planejar e falar do impacto das vivências assim que elas acontecem. Não se pode esquecer, ainda, que estas conversas, mesmo que pareçam informais, fazem parte e qualificam o trabalho. Muitas vezes, são necessárias horas de conversa para se tomar uma atitude de dez minutos. Esse investimento na reflexão é essencialmente formativo e confere qualidade à intervenção.

### **Participação em fóruns, congressos, encontros**

Os espaços de formação dentro da instituição devem existir e ser alimentados todo o tempo, mas não podem se limitar aos locais físicos e relacionais da organização.

As experiências, aprendizagens cotidianas, reflexivas, criativas e práticas merecem ser compartilhadas e discutidas com pessoas de outras organizações, com aqueles que atuam com a mesma questão – juventude em situação de violência – tanto como educadores sociais quanto por meio de pesquisas, produção de conhecimento acadêmico ou militância política.

A instituição deve estimular e facilitar a participação de seus profissionais em fóruns e congressos, financiando e instigando o registro do trabalho. Essa é uma maneira de disseminar o conhecimento produzido, aprender com outras experiências, discutir questões polêmicas e, por que não, articular parcerias.

### **Formação institucional**

Além dos espaços de formação citados, é preciso ainda, valorizar a constituição de um processo formativo organizado, planejado, que deve acontecer sempre que novos profissionais chegam à instituição – por meio da leitura do material produzido, por exemplo – e, periodicamente, como um momento de reflexão aprofundada, contando com a participação de especialistas.

Para essa formação, propomos alguns temas essenciais, divididos em um bloco geral e outro específico. O bloco geral apresenta sugestões de temas e conteúdos mais amplos, para educadores que trabalham com jovens em diferentes contextos. A intenção é oferecer uma formação que permita ao educador refletir sobre o seu papel como educador social e as especificidades da juventude e do trabalho com ela. Já o bloco específico traz sugestões de temas e conteúdos mais diretamente voltados para a prevenção da violência. Os temas foram pensados a partir das reflexões e necessidades apontadas por educadores e gestores que trabalham com jovens em contextos de violência.

A seguir, apresentamos sugestões de temas, conteúdos e carga horária e, mais adiante, propomos algumas estratégias para formação e material de leitura para cada tema.

Os temas podem ser trabalhados de maneira independente, permitindo vários arranjos em sua ordem de discussão. Dessa maneira, a instituição tem liberdade para se organizar de acordo com suas possibilidades e necessidades: interesse dos educadores; especialistas disponíveis; etc. Para que isso aconteça, é muito importante que, antes de dar início às formações temáticas, a instituição preveja algum momento de escuta dos educadores e dos outros profissionais para entender suas demandas, avaliar quais os temas prioritários, questões cruciais e desafios que encontram em seu cotidiano e que poderão nortear a formação.

## Bloco geral

Tema	Conteúdo	Carga horária
Posicionamento ético do educador (postura do educador)	Convergência dos princípios pessoais e da organização. Proximidade e distância dos ideais das situações e relações com a comunidade. Princípios traduzidos nas ações.	4h, sendo 2h de estudo/aula sobre dados produzidos e 2h de discussão da experiência articulada com o conteúdo estudado.
Concepção de juventude	Olhares para a juventude durante a história. Visão atual da juventude. Dados de pesquisas sobre juventude. O jovem por ele mesmo.	2h de palestras e 2h de discussão a partir da experiência.
Legislações relacionadas à juventude	Estatuto da Criança e do Adolescente. Proposta do Estatuto da Juventude. Lei Orgânica da Assistência Social. Constituição Federal.	2h de palestras e 2h de discussão a partir da experiência.
Estratégias de desenvolvimento comunitário	Empoderamento comunitário: participação. Formação de redes sociais: mobilização e articulação. Protagonismo juvenil: conceito e prática.	2h de palestras e 2h de discussão a partir da experiência.
Trabalho em rede	Por que trabalhar em rede. Rede formal e rede informal. Como acionar a rede.	2h de palestras e 2h de discussão a partir da experiência.
Sexualidade	Diversidade sexual. Relações de gênero. Contracepção. Gravidez na adolescência.	2h de palestras e 2h de discussão a partir da experiência.
Arranjos familiares na atualidade	Paternidade e maternidade. Diagnóstico das famílias brasileiras (número de membros, provedor(a), renda, escolaridade, etc.). Conceito de família: consanguinidade e relações de afeto. Diferentes arranjos familiares. A importância da família no desenvolvimento do jovem.	2h de palestras e 2h de discussão a partir da experiência.

## Bloco específico

Tema	Conteúdo	Carga horária
Juventude e violência	Índices de criminalidade entre jovens: agressores e agredidos. A sedução da criminalidade: a vulnerabilidade do jovem diante do crime. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência. Cultura da violência. Atitudes e pessoas de referência.	2h de palestras e 2h de discussão a partir da experiência.
Juventude e polícia	Olhar do jovem para a polícia. Olhar da polícia para o jovem. Juventude e Estado de Direito. Papel e funções da polícia no Estado Democrático. Relações de aproximação entre jovens e policiais.	2h de palestras e 2h de discussão a partir da experiência.
Prevenção da violência	O que é prevenção da violência. Mediação de conflitos. Cultura de paz. Vulnerabilidade e caminhos para diminuí-la. Resiliência e caminhos para fortalecê-la. Como o educador pode contribuir para a prevenção.	2h de palestras e 2h de discussão a partir da experiência.
Papel do crime organizado nas comunidades	Ausência do Estado. Substituição do Estado. Troca de favores: quem ganha o que?	2h de palestras e 2h de discussão a partir da experiência.
Drogadição	Efeitos. Formas de tratamento: redução de danos e abstinência. Possibilidades de atuação com jovens sob efeito de drogas.	2h de palestras e 2h de discussão a partir da experiência.
Violência Doméstica	Origens. Educação diferenciada. Relações de gênero. Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Maria da Penha. Como identificar e quais os encaminhamentos.	2h de palestras e 2h de discussão a partir da experiência.

## 2. Estratégias

Como já afirmamos, a articulação entre teoria e prática, a produção de conhecimento a partir de ações cotidianas e a revisão das atividades por meio das reflexões registradas, ou seja, a estreita relação entre o teórico e o vivencial constitui característica fundante dessa proposta. Assim, sem apresentar atividades prontas, sugerimos algumas estratégias para facilitar a expressão e reflexão a partir da experiência de trabalho dos educadores.

- **Estudo de caso:** em grupos ou individualmente, pede-se para os educadores selecionarem um evento que tenham vivido no trabalho relacionado ao tema exposto. À luz dos dados apresentados e da experiência vivida, procede-se a discussão do caso escolhido, analisando caminhos e desfechos possíveis, pontos a serem revistos, olhares inéditos para a questão. O objetivo é aprimorar a forma de compreender, lidar e encaminhar a situação apresentada. Lembre-se que o educador fez o melhor que pode e, portanto, não convém fixar-se em julgamentos de certo e errado que só vão inibir os profissionais e dificultar que exponham suas dúvidas.
- **Discussão de situações-problema:** esse é outro recurso muito interessante para promover a reflexão e criar novos caminhos para lidar com situações difíceis. Em vez de se discutir um caso que está sendo atendido, no momento, a ideia é criar algumas histórias trazendo elementos que se quer questionar ou discutir. Por exemplo, caso a equipe viva um dilema sobre como lidar com jovens que chegam ao projeto sob o efeito de drogas, pode-se montar uma situação com esse enredo e distribuir para três grupos diferentes de educadores discutirem e produzirem alternativas de resolução, considerando o contexto, os princípios de trabalho, os recursos disponíveis, o projeto do jovem e as discussões teóricas sobre o assunto.
- **Levantamento de concepções:** essa é uma atividade para ser realizada antes de uma discussão mais teórica, aprofundada. A ideia é conhecer a concepção da equipe sobre determinado tema. Assim, se a discussão for sobre juventude, por exemplo, peça para cada pessoa escrever numa filipeta a primeira palavra que lhe vem à mente quando pensa em juventude. Esse conjunto de palavras dará uma noção de como esse grupo se relaciona com o assunto em questão. A partir daí, pode-se trabalhar com os preconceitos e julgamentos, conhecer as ideias inovadoras e fazer uma aproximação consensual com as concepções da organização. Quando precede uma exposição teórica, esse exercício é muito interessante como aquecimento para o assunto, oferecendo ao palestrante uma visão geral de que grupo está presente e por onde deve caminhar seu trabalho.

Provavelmente, a discussão de casos já é realizada no projeto, principalmente quando se tem uma atitude de urgência a se tomar ou quando a situação de determinado jovem ou comunidade exige uma resposta não prevista. A ideia aqui é que esse recurso se faça presente na instituição independentemente das emergências, como forma de trazer à tona as ações cotidianas ou o trabalho em geral para serem analisados e, potencialmente, revistos ou reafirmados. Nesse sentido, tais atividades são eminentemente formativas e agregadoras de olhares, contribuindo para a capacidade de tomar decisões e, sobretudo, cultivando a criatividade dos profissionais.

É preciso liberdade para que ideias criativas aflorem. Assim, é interessante manter certa distância do julgamento, do certo e errado, salvo em situações muito gritantes, que se contrapõem aos princípios da instituição e à legislação vigente. No geral, é importante valorizar cada caminho vislumbrado, ainda que ele não se mostre o melhor de todos. Não podemos perder de vista que estamos envolvidos em um trabalho coletivo e, portanto, as formas de lidar com as situações serão construídas também coletivamente, muitas vezes a partir de ideias que, inicialmente, pareciam equivocadas.

A sensibilidade e o interesse do coordenador e/ou gestor em ouvir todos e garantir espaço de participação para cada um são fundamentais para que essas atividades cumpram sua função.

### 3. Avaliação do processo formativo

**A** formação aqui proposta é concebida como um meio de aprimorar os conhecimentos do educador, oferecendo novas perspectivas de compreensão da realidade e de sua prática ou promovendo condições para o aprofundamento de seus saberes. Nessa perspectiva, a avaliação não poderia ser outra que não aquela que valoriza os aspectos positivos e identifica o que pode ser melhorado, assim como os caminhos para que esse aprimoramento ocorra. Desse ponto de vista, é muito importante que a formação seja avaliada periodicamente por todos os envolvidos: educadores e gestores.

Para tanto, propomos algumas questões norteadoras:

- A formação como está estruturada, considerando-se reuniões, supervisão, conversas individuais, participação em fóruns e congressos e discussão de temas relativos à educação social em contextos violentos, tem contribuído com sua qualificação profissional? Como?
- Em sua avaliação, há aspectos a serem melhorados? Quais? Como?
- Você sente falta de outros espaços de formação? Quais?

- Os temas selecionados para a formação institucional respondem às suas necessidades, considerando-se sua prática de trabalho? Justifique.
- Gostaria de discutir outros temas? Quais?
- Comentários.

Refletindo sobre as respostas obtidas, certamente será possível tornar a formação cada vez mais qualificada em relação às discussões teóricas e às experiências dos educadores, tendo em vista, sempre, a realidade com a qual trabalham.

Lembre-se, a avaliação não se encerra e nem tem valor em si mesma. Sua importância reside nas possibilidades que oferece de aproximarmos cada vez mais o processo formativo das necessidades da equipe e da instituição, revendo objetivos e replanejando ações. Trata-se de instrumento fundamental no caminho de aproximação entre o ideal de trabalho e a realidade profissional. Traz movimento, abre caminhos e reorienta olhares!

## 4. Sugestões de leitura

### Posicionamento ético do educador

- COSTA, A. C. G. **Por uma pedagogia da presença**. Brasília: Ministério da Ação Social, Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1991.
- GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social de rua**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- ROCHA, M. C. **A experiência de educar na rua: des-cobrendo possibilidades de ser-no-mundo**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em: <[http://www.gruposerbh.com.br/textos/dissertacoes\\_mestrado/dissertacao04.pdf](http://www.gruposerbh.com.br/textos/dissertacoes_mestrado/dissertacao04.pdf)>.

### Concepção de juventude

- ABRAMO, H. A visão da juventude no Brasil: um panorama histórico. In: COSTA, A. C. G. (Org.). **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000, p. 168-173.
- **Juventudes Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional** (pesquisa). Disponível em: <<http://www.juventudesulamericanas.org.br/>>.

## Legislações relacionadas à juventude

- **Comunidade Estatuto da Juventude**  
<<http://www.edemocracia.camara.gov.br/comunidades/estatutodajuventude/>>
- **Constituição Federal de 1988**  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>
- **Emenda Constitucional n. 65 de 2010** – Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/emecon/2010/emendaconstitucional-65-13-julho-2010-607266-publicacao-128078-pl.html>>.
- **Estatuto da Criança e do Adolescente**  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>
- ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (Orgs.). **Justiça, adolescente e ato infracional**: socioeducação e responsabilização. São Paulo: Ilanud, 2006.
- ILANUD; FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Medida legal**: a experiência de 5 programas de medidas sócio-educativas em meio aberto. São Paulo: Fundação Telefônica, 2008.
- **Juventude Cidadã**  
<<http://www.juventude.org.br/>>
- **Lei Orgânica da Assistência Social**  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm)>
- **Política Nacional de Juventude**  
<[http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame\\_juventude.htm](http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm)>.  
<<http://www.infojovem.org.br/infopedia/tematicas/direitos-e-deveres/plano-nacional-de-juventude/>>  
<<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/149638-PEC-DA-JUVENTUDE-INICIA-MARCO-LEGAL-DE-POLITICAS-PARA-PESSOAS-ENTRE-15-E-29-ANOS.html>>
- **Portal da Juventude**  
<<http://www.juventude.sp.gov.br/portal.php/institucional/apresentacao>>
- SÊDA, E. **Construir o passado ou como mudar hábitos, usos e costumes, tendo como instrumento o Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Malheiros Editores, 1993.
- VICENTIN, M. C. G. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.
- VOLPI, M. (Org.). **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 2010.

## Estratégias de desenvolvimento comunitário

- **Aracati agência de mobilização social**  
<<http://aracati.ning.com/>>
- COSTA, A. C. G. **Protagonismo juvenil**: o que é e como praticá-lo. Disponível em: <<http://4pilares.net/text-cont/costa-protagonismo.htm>>.
- **Desenvolvimento Comunitário Apoitcha**  
<<http://apoitcha.org/projetos/desenvolvimento-comunitario/>>
- PROJETO CASULO (Org.). **Uma metodologia para formação de jovens pesquisadores**: observatório de jovens – real panorama da comunidade. São Paulo: Instituto Cidadania Empresarial: Projeto Casulo, s/d.

## Trabalho em rede

- **Idis – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social**  
<<http://www.idis.org.br/iscom/redes-sociais-de-desenvolvimento-comunitario>>
- **Pró-menino: trabalhando em rede**  
<<http://www.promenino.org.br/Trabalhandoemrede/tabid/73/Default.aspx>>
- **Sexualidade**
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133977por.pdf>>.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.
- CABRAL, F.; DÍAZ, M. **Relações de gênero**. Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht, Gráfica Editora Rona Ltda., 1999. Disponível em: <[http://www.adolescencia.org.br/portal\\_2005/secoes/saiba/textos/sexo\\_genero.pdf](http://www.adolescencia.org.br/portal_2005/secoes/saiba/textos/sexo_genero.pdf)>.
- JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009 (Coleção Educação para Todos). Disponível em: <[http://www.reprolatina.org.br/site/pdfs/diversidade\\_sexual\\_na\\_educacao.pdf](http://www.reprolatina.org.br/site/pdfs/diversidade_sexual_na_educacao.pdf)>.

## Arranjos familiares na atualidade

- CABRAL, C. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública**, vol. 19, supl. 2, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X2003000800010&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X2003000800010&script=sci_arttext&tlng=es)>.
- CENPEC. Família e arranjos familiares. **Desafios e Descobertas**. Caderno 3. Brasília/Rio de Janeiro: Senai, Secretaria de Estado e Assistência Social e Cenafoco/Seas, 2002. Série Diálogo e Ação. Capa-

citação de Equipes PET, Agente Jovem e Sentinela.

- CENPEC. Família e relações sociais. **Um programa para adolescentes em situação de risco social**. São Paulo: Cenpec, 2002 (Série Educação e Cidadania).
- CENPEC. **Ong: parceira da família**. São Paulo: Cenpec, 1999 (Coleção Educação e Participação).
- CENPEC. Relações com a família. **Desafios e Descobertas**. Caderno 1. Brasília/Rio de Janeiro: Senai, Secretaria de Estado e Assistência Social e Cenafoco/Seas, 2002. Série Diálogo e Ação. Capacitação de Equipes PET, Agente Jovem e Sentinela.
- **Família**: novas configurações e rede de apoio. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610370\\_08\\_cap\\_03.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610370_08_cap_03.pdf)>.
- **Instituto Papai**  
<[http://www.papai.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=537](http://www.papai.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=537)>

## Juventude e violência

- ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: Unesco/BID, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138POR.pdf>>.
- ABRAMOVAY, M. **Gangues, galeras, chegados e rappers**: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Brasília: Unesco, 1999.
- ABRAMO, H. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo, Ação Educativa, 2005. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php>>.
- CASTRO, J. A.; AQUINO, L. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1335.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf)>.
- **Pesquisa sobre índice de vulnerabilidade juvenil à violência**. Disponível em: <[http://www.sea-de.gov.br/projetos/fbsp/include/baixar\\_documento.php?ID=5](http://www.sea-de.gov.br/projetos/fbsp/include/baixar_documento.php?ID=5)>.
- **Política Nacional de Juventude**: diretrizes e perspectivas. Conjuve, 2006. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>>.
- **Segurança cidadã, violência urbana e jovens**: o caso do Brasil. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org/pt-br/node/37928>>.
- TRASSI, M. L.; MALVASI, P. A. **Violentamente pacíficos**: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Ed. Cortez (Coleção Construindo o Compromisso Social da Psicologia).
- WAISELFSZ, J. J. **Mapa da violência 2010** – anatomia dos homicídios no Brasil. Disponível em: <<http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/MapaViolencia2010.pdf>>.

## Juventude e polícia

- **Polícia e juventude:** novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens. Disponível em: <[http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Cartilha02POLICIA\\_FINAL.pdf](http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Cartilha02POLICIA_FINAL.pdf)>.
- **Projeto Juventude e Polícia**
- <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/conteudo.action?conteudo=210&tipoConteudo=itemMenu>>
- RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito:** abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.
- RAMOS, S. Juventude e polícia. **Boletim Segurança e Cidadania**, n. 12, out. 2006.

## Prevenção da violência

- ALMEIDA, G.; PINHEIRO, P. S. **Violência urbana.** São Paulo: Publifolha, 2003.
- COSTA, A. C. G. **Pedagogia e resiliência:** um modelo educativo de superação de dificuldades. Disponível em: <<http://www.claudiafarnesi.com.br/wp/?p=411>>.
- **Cultura de Paz:** novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens. Disponível em: <[http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Cartilha04CULTURA\\_FINAL.pdf](http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Cartilha04CULTURA_FINAL.pdf)>.
- GALTUNG, J. **Violencia, guerra y su impacto.** Sobre los efectos visibles e invisibles de la violencia. Disponível em: <<http://them.polylog.org/5/fgj-es.htm>>.
- NETO, P. M. N. Políticas municipais de segurança cidadã: problemas e soluções. **Caderno Análises e Propostas**, 34, FES, junho de 2007. Disponível em: <[www.fes.org.br](http://www.fes.org.br)>.
- **Projeto Não Violência**  
<<http://www.naoviolenca.org.br/>>
- **Recado de Bernardo Toro à juventude brasileira** Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=lfSdY-9Fo4g>>.
- ROLIM, M. A segurança como um desafio moderno aos direitos humanos. **Caderno Análises e Propostas**, 33, FES, dezembro de 2006. Disponível em: <[www.fes.org.br](http://www.fes.org.br)>.
- SOARES, L. E. **Segurança pública tem saída.** Sextante, 2006.
- SOUZA, R. M. Mediação social: uma experiência de trabalho em comunidade de baixa renda. In: MUSZKAT, M. E. (Org.). **Mediação de conflitos:** pacificando e prevenindo a violência. São Paulo: Summus, 2003.
- WERNECK, N. M. D.; TORO, J. B. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e participação. Autêntica Editora.
- World Report on Violence and Health. World Health Organization (WHO), 2002.

## Papel do crime organizado nas comunidades

- FREIXO, M. **Prisões, crime organizado e exército de esfarrapados**. Disponível em: <<https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/Pris%C3%83%C2%B5es,%20crime%20organizado%20e%20ex%C3%83%C2%A9rcito%20de%20esfarrapados.pdf>>.
- SPAGNOL, A. S. Jovens delinqüentes paulistanos. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, p. 275-299. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a12v17n2.pdf>>.

## Drogadição

- DIEHL, A.; CORDEIRO, D. C.; LARANJEIRA, R. et al. – **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. Editora Artmed, 2011.
- MATHIASSEN, B. **Seminário: drogas, redução de danos, legislação e intersetorialidade**. Disponível em: <[http://www.unodc.org/southerncone/pt/imprensa/discursos/2009/10-20-seminario\\_drogas-reducao-de-danos-legislacao-e-intersetorialidade.html](http://www.unodc.org/southerncone/pt/imprensa/discursos/2009/10-20-seminario_drogas-reducao-de-danos-legislacao-e-intersetorialidade.html)>.
- MOREIRA, F. G.; HAIEK, R.; SILVEIRA, D. X. **Redução de danos no Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes** – PROAD. Disponível em: <[http://www.proad.unifesp.br/pdf/artigos/rd\\_proad.pdf](http://www.proad.unifesp.br/pdf/artigos/rd_proad.pdf)>.
- **O que é redução de danos?**. Disponível em: <[http://www.ihra.net/files/2010/06/01/Briefing\\_what\\_is\\_HR\\_Portuguese.pdf](http://www.ihra.net/files/2010/06/01/Briefing_what_is_HR_Portuguese.pdf)>.
- **UNIAD – Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas**  
<[http://www.uniad.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47:alamedas-nucleo-de-reabilitacao-psicossocial&catid=44&Itemid=114](http://www.uniad.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47:alamedas-nucleo-de-reabilitacao-psicossocial&catid=44&Itemid=114)>

## Violência doméstica

- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um cenário em (des)construção**. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap\\_01.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf)>.
- **Cartilha de orientação para a erradicação do fenômeno da violência doméstica contra criança e adolescente – VDCCA**  
<<http://tabnet.saude.campinas.sp.gov.br:8080/crianca/pdf/cartilha.pdf>>
- **Lei Maria da Pena**  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>.
- **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**  
<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>>.
- **Onde procurar ajuda**  
<[http://www.cedeca.org.br/guia\\_fontesBR.php](http://www.cedeca.org.br/guia_fontesBR.php)>

## Para saber mais

- CARVALHO, M. C. B. (Coord). **Avaliação:** construindo parâmetros das ações socioeducativas. São Paulo: Cenpec, 2005.
- INSTITUTO FONTE; FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Vozes e olhares:** uma geração nas cidades em conflito. São Paulo: Fundação Telefônica, 2008.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. **Guia prático para educadores sociais** – Estratégias para atuação em contextos violentos. Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: estratégias de atuação. Ministério da Justiça, Fórum Brasileiro de Segurança pública, 2010.
- ISAAC, A. **Uma metodologia para formação de jovens pesquisadores:** observatório de jovens Real Panorama da Comunidade. Instituto Cidadania Empresarial/Projeto Casulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:sCTXXRQdA0IJ:www.projetocasulo.org.br/download/Metodologia-para-formacao-de-Jovens-Pesquisadores.pdf+observat%C3%B3rio+de+jovens+Real+Panorama+da+comunidade.&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESi7Iskdpu3nsnaVr6npy2XfCNRO3SotsKapJgHggd5IRWdl6LZRMqkzExuIV4QYZUJM4GtKJ6U0zG3REO-hPL0BKC9zURq54ep6OmJG1bDdfwyxuA4hVCSfwL1B3l8unocFO2iTa&sig=AHIEtbRok2mTmcWWXUK7ml5zt-bWPoz1Ug>>
- ISAAC, A.; MACHADO, R. **Justiça e cidadania.** Projeto Educação e Cidadania, um programa para adolescentes em situação de risco social. São Paulo: Cenpec, 2002.
- LOLITO, M. P.; ÉRNICA, M.; HUBNER, R. M. **Ponto de encontro.** Projeto Ponto de Encontro: formando jovens cidadãos. São Paulo, 2004.
- LOMONACO, B. P. et al. **Mundo jovem:** desafios e possibilidades – uma proposta de trabalho com adolescentes. São Paulo: Fundação Tide Setúbal, 2008.
- NILSON, L. H.; ROCHA, M. C. **Jogos da vida.** Projeto Educação e Cidadania, um programa para adolescentes em situação de risco social. São Paulo: Cenpec, 2002.
- SANTOS, W. A. (Coord.). **Jovens urbanos:** sistematização de uma metodologia. São Paulo: Cenpec, 2008.
- SOUZA, C. A.; PEREIRA, M. B. **Família e relações sociais.** Projeto Educação e Cidadania, um programa para adolescentes em situação de risco social. São Paulo: Cenpec, 2002.

## 5. Considerações finais

O trabalho com jovens em situação de vulnerabilidade, especialmente em contextos violentos, é um desafio e realizá-lo é um imperativo. Sua complexidade exige formação constante da equipe de educadores e coordenação, como propomos aqui. Essa constância engloba, inclusive, as atividades cotidianas, como reuniões, o que requer uma postura ativa do coordenador como formador. Assim, o papel do coordenador e/ou gestor é crucial como figura de sustentação de todo o trabalho, incentivador de proposições inovadoras e de busca de espaços de reflexão e facilitador das relações entre os educadores e destes com os jovens e a rede da qual a organização pertence.

O coordenador, além de ser pessoa em constante formação, também precisa cultivar sua sensibilidade para ouvir e perceber dificuldades de ação, incongruências entre concepções pessoais e os princípios da instituição e momentos de fragilidade do educador. Antes de avaliar, é preciso compreender essas situações, aproximar-se das pessoas e ouvir sua versão sobre os acontecimentos e vivências para, então, pensar no melhor caminho para transpor os problemas.

Em suma, o papel do coordenador/gestor e o compromisso da instituição são decisivos para levar adiante e aperfeiçoar todo o processo de formação, considerando-se a articulação entre saberes teóricos e vivenciais.

Bom trabalho!

## Projeto Juventude e Prevenção da Violência

O Projeto Juventude e Prevenção da Violência é o objeto do Termo de Parceria 009/2008, firmado entre o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública e com recursos do Pronasci, e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Sua consecução contou com amplo leque de parcerias, com destaque para o Instituto Sou da Paz, o Ilanud Brasil e a Fundação Seade.

## Ficha institucional

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**Ministro da Justiça:** José Eduardo Cardozo

**Secretário Executivo:** Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

**Secretária Nacional de Segurança Pública:** Regina Maria Filomena de Luca Miki

**Departamento de Políticas, Programas e Projetos:** Alberto Kopittke

**Diretora de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública:** Isabel Seixas de Figueiredo

**Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública:** Sidnei Borges Fidalgo

### FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Presidente do Conselho de Administração:** Jésus Trindade Barreto Júnior.

**Conselho de Administração:** Elizabeth Leeds - Presidente de Honra / Carlos Roberto Sant'Ana da Rosa / Denis Mizne / Humberto Vianna / Jacqueline Muniz / José Luiz Ratton / José Marcelo Zacchi / José Vicente Tavares dos Santos / Kátia Alves / Luciene Magalhães de Albuquerque / Luís Flávio Saporì / Renato Vieira de Souza / Sérgio Roberto de Abreu / Silvia Ramos / Wilson Batista

Secretário Geral: Renato Sérgio de Lima

### COMITÊS DE ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE PARCERIA

**2009-2010:** Cláudio Bandel Tusco (MJ/DPF) / Helder Ferreira (IPEA) / Isabel Seixas De Figueiredo (SEDH) / Marcelo Ottoni Durante, presidente (SENASP) / Paula Miraglia (ILANUD Brasil) / Reinaldo Chaves Gomes (MJ/PRONASCI) / Renato Sérgio de Lima (FBSP)

**2010-2011:** Almir de Oliveira Junior (IPEA) / Claudio Bandel Tusco (MJ/DPF) / Denis Mizne (Instituto Sou da Paz) / Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas (SDH) / Luciane Patrício Braga de Moraes, presidente (SENASP) / Renato Sérgio de Lima (FBSP)

### AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS

Ricardo Brisolla Balestreri / Reinaldo Chaves Gomes / Ronaldo Teixeira



## Ficha técnica

### **SUPERVISÃO GERAL**

Renato Sérgio de Lima

### **COORDENAÇÃO GERAL**

Denis Mizne / Melina Riso / Paula Miraglia / Renato Sérgio de Lima

### **COORDENAÇÃO EXECUTIVA**

Carolina Ricardo / Ligia Rechenberg / Marina N R Menezes / Mônica Zagallo / Samira Bueno

### **ADMINISTRAÇÃO**

Hilda Mancuso / Amanda Gouvea / Fernanda Kamiyama

### **EQUIPE**

Adalton Marques / Adriana Gomes de Paiva / Adriana Taets / Aico Sipriano Nogueira / Alberto Alvadia / Alberto Coutinho Rabelo / Alessandra M. Navarro / Alexandre Paiva Camargo / Aline Honorato da Silva / Aline Yamamoto / Ana Carolina Guerra Alves Pekny / Ana Maria Narducci / Ana Maura Tomesani Marques / Ana Paula Portella ferreira Gomes / André Chui de Menezes / André Paiva / Aurélio Moschin / Camila Caldeira Nunes Dias / Camilo Flamarion Barbosa dos Santos / Carlos Henrique de Lima / Clarissa Galvão Cavalcanti Borba / Clarissa Ribeiro Huguet / Claudia Charoux / Daniel Angelim / Daniel Mazzuco / Debora Cristina Carrari / Débora Sousa Lopes / Dennis Van Wanrooij / Enrico Spaggiari / Erika Soares Sallum / Francisco José Pereira de Lima / Fransergio Goulart de Oliveira Silva / Iuri Pereira Jaime / Jaqueline Soares / João Cardoso / José Ap. Severino dos Reis / José Luis Ventura Leal / Juliana Vinuto / Karina Fasson / Laura Fernanda Zacher / Leticia Nuñez Almeida / Ligia Schiavon Duarte / Lize Marchini / Luiz Antônio Brenner Guimarães / Maia Fortes / Marcio Teixeira da Silva / Marco Aurélio Martins / Marcus Goes / Maria Eunice Xavier Kallil / Marília Ortiz / Martha Maria Jares Alves / Max Maciel Cavalcanti / Natalia Lago / Natalia Romano / Oteniel Almeida dos Santos / Patrícia Correia de Oliveira / Patricia Mercedes Henzell / Paula Regina da Silva Guerra / Paulo Eduardo Mancuso / Rebeca Zanetti de Traglia / Régia Cristina Oliveira / Regina Maria Prado Leite Erbolato / Reinaldo Chaves Gomes / Ricardo Augusto Romano Santa'anna / Ricardo Neves / Solange Gonçalves / Solange Martins / Stella Christina Schrijnemaekers / Terine Husek Coelho / Thandara Santos / Thiago Thadeu da Rocha / Tiago Rangel / Valéria Torres da Costa e Silva / Vanessa Abdo Benaderet / Vânia Regina Fontanesi / Vera Helena de Camargo / Welison da Silva Mesquita

## CONSULTORES

Alex Niche Teixeira / Beatriz Silva Cruz / Cristina Neme / Dorian Luis Borges de Melo / Guaracy Mingardi / Haydée Caruso / Ilona Szabó de Carvalho / Jander Ramon / José Luiz Rattón Jr. / Liana de Paula / Lilian Liye Konishi / Luiz Flavio Saporì / Marlene Monteiro Pereira / Maria Cristina Rocha / Melissa de Mattos Pimenta / Neide Patarra / Silvia Ramos / Sonia Nahas de Carvalho / Tânia Pinc / Túlio Kahn

### Parceiro responsável pela elaboração do Plano de Formação:



INSTITUTO  
SOU DA PAZ

**Diretor Executivo:** Denis Mizne

**Diretora de Desenvolvimento Institucional:** Melina Risso

**Coordenadora de Sistematização, Informação e Referência:** Ligia Rechenberg

**Coordenadora de Gestão Local de Segurança Pública:** Carolina de Mattos Ricardo

**Assistente da Área de Adolescência e Juventude:** Vanessa Abdo Benaderet

**Coordenação do projeto:** Carolina Ricardo, Ligia Rechenberg e Mônica Zagallo

**Consultoria e redação do Plano:** Maria Cristina Rocha

**Revisão:** Vânia Regina Fontanesi

**Edição de arte:** URBANIA

**Tiragem:** 300 exemplares

**Data:** fevereiro de 2011

